

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

IVETE BETTIM DO AMARAL CECCON

**O PERFIL DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):
UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NO INSTITUTO ESTADUAL ARNELDO
MATTER, SÃO BORJA/RS.**

São Borja

2024

IVETE BETTIM DO AMARAL CECCON

**O PERFIL DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):
UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NO INSTITUTO ESTADUAL ARNELDO
MATTER, SÃO BORJA/RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas- Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Nola Patrícia Gamalho.

São Borja

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C387p CECCON, IVETE

O PERFIL DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NO INSTITUTO ESTADUAL ARNELDO MATTER, SÃO BORJA/RS. / IVETE CECCON.

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- UniversidadeFederal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2024.

"Orientação: Nola Gamalho".

1. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 2. Ensino. I.Título.

IVETE BETTIM DO AMARAL CECCON

**O PERFIL DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA):
UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NO INSTITUTO
ESTADUAL ARNELDOMATTER, SÃO BORJA/RS.**

Trabalho de Conclusão de curso defendido e apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Humanas.

O trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em: 10 de julho de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Nola Patrícia Gamalho
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua
UNIPAMPA

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **NOLA PATRICIA GAMALHO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/07/2024, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

Assinado eletronicamente por **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA,**



PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 12/07/2024, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR**, em 15/07/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1481024** eo código CRC **A92C160E**.

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por estar comigo todos os dias e me dar forças para permanecer forte.

Quero agradecer ao meu esposo, Paolo Maidana Ceccon, por todo o apoio e dedicação ao nosso filho Kauê Bettim do Amaral Ceccon.

A minha mãe, Edite Bettim, por ser essa pessoa maravilhosa na minha vida e por nunca medir esforços para me apoiar.

Agradeço a todos os meus familiares que fizeram parte dessa empreitada, em especial aos meus amigos e colegas que a Unipampa presenteou-me, os quais levarei sempre no coração: Mariano Mohr, Daniela Oliveira, Mariana Dicheti, Bernardo Ferrari, Lislíe Algayer, Janaina Stell e todos da turma de 2016.

A minha querida orientadora, professora Dra. Nola Patrícia Ramalho, por ter aceitado me orientar e por todo empenho em tornar este trabalho o melhor possível e nunca permitindo que eu desistisse.

Agradeço a todos os professores e colaboradores da Unipampa pelos ensinamentos e suporte nesses anos de aprendizado.

Agradeço a todos que estiveram presentes nesta importante etapa da minha vida.

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir, chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é Decidir”.

Cora Coralina

RESUMO

Esse trabalho de conclusão do curso tem como tema a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Estadual Arnaldo Matter, escola pública localizada em bairro de periferia da cidade de São Borja (RS). EJA é uma modalidade de ensino que objetiva abarcar uma parte da população que não concluiu os seus estudos no tempo previsto. A análise proposta neste trabalho visa identificar o perfil social e econômico dos alunos, buscando responder à pergunta: qual o perfil dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter? Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico sobre o processo de formação da EJA no Brasil; a identificação do perfil dos estudantes e as motivações para fazer uso dessa modalidade para completar a educação básica. A revisão bibliográfica identificou algumas transformações e legislações da educação brasileira desde o império até a constituinte. A metodologia do estudo tem como base o levantamento quantitativo e qualitativo de informações acerca do perfil e motivação para ingressar na EJA. Por fim, foi possível identificar que o perfil dos alunos é diverso em termos etários, mas que corresponde a população de baixa renda. Também foi possível compreender algumas motivações e dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino.

Palavras-chave: EJA; Educação; Ensino; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This course completion work has as its theme Youth and Adult Education (EJA) at the Arnaldo Matter State Institute, a public school located in the outskirts of the city of São Borja (RS). EJA is a teaching modality that aims to reach a part of the population that did not complete their studies within the expected time. The analysis proposed in this work aims to identify the social and economic profile of students, seeking to answer the question: what is the profile of EJA students at the Arnaldo Matter State Institute? To this end, a bibliographic survey was carried out on the process of formation of EJA in Brazil; identifying the students' profile and motivations for using this modality to complete basic education. The bibliographic review identified some transformations and legislation in Brazilian education from the empire to the constituent era. The study methodology is based on the quantitative and qualitative survey of information about the profile and motivation to join EJA. Finally, it was possible to identify that the profile of students is diverse in terms of age, but corresponds to the low-income population. It was also possible to understand some motivations and difficulties encountered in this teaching modality.

Keywords: EJA; Education; Teaching; Educational Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de São Borja/RS.....	35
Figura 2 – Localização do Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	36
Figura 3 – Entrada do Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	37
Figura 4 – Estacionamento do Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	41
Gráfico 2 – Faixas etárias dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	42
Gráfico 3 – Estado civil dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	43
Gráfico 4 – Localização da moradia dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	44
Gráfico 5 – Estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter com filhos ou não?.....	45
Gráfico 6 – Situação empregatícia dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	46
Gráfico 7 – Renda familiar dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	47
Gráfico 8 – Ano que os estudantes iniciaram a EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	49

LISTA DE SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CFE – Conselho Federal de Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	16
2.1 Percursos históricos na educação brasileira e na EJA.....	19
2.2 Paulo Freire e a EJA.....	32
3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	35
3.1 O Instituto Estadual Arnaldo Matter.....	35
3.2 Caracterização de estudantes da EJA.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE	57

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se a investigar as características socioeconômicas e as motivações dos alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Estadual Arnaldo Matter, na cidade de São Borja, RS. O levantamento foi realizado durante o período noturno, envolvendo turmas tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio. Sendo assim, o problema a ser investigado no trabalho de conclusão do curso consiste em: qual o perfil social e econômico dos alunos da EJA do Instituto Estadual Arnaldo Matter em São Borja/RS? Os objetivos específicos foram:

- Discutir o processo de formação da EJA no Brasil. Para tanto, fez-se análise bibliográfica compreendendo desde o período regencial até as constituintes que efetivam a EJA no Brasil como um direito a todos os cidadãos;
- Problematizar os motivos que levam jovens e adultos a ingressarem na EJA, enfatizando situações que contribuíram para que esses alunos não concluíssem no tempo hábil, tais como o trabalho, problemas sociais, dentre outros.
- Identificar o perfil social e econômico dos alunos da EJA, o que foi averiguado a partir de questionário respondido aplicado.

Para alcançar esses objetivos, foi utilizada uma metodologia quantitativa para a coleta e análise de dados referentes a aspectos sociodemográficos dos alunos. A amostragem incluiu a totalidade de 20 estudantes presentes nas turmas noturnas da EJA, permitindo uma análise representativa do grupo em questão. Foram utilizados questionários estruturados como instrumento de coleta de dados, abordando variáveis como gênero, idade, estado civil, local de residência, composição familiar, existência de filhos, condição de emprego (formal ou informal), horários de trabalho e fontes de renda familiar.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), o questionário é uma técnica de investigação composta por uma série de perguntas ordenadas de forma lógica, destinada a coletar dados sobre características, opiniões, comportamentos ou conhecimentos de uma população específica. Essa técnica é especialmente útil em pesquisas exploratórias e descritivas, como é o caso deste estudo, que busca mapear as motivações e desafios enfrentados pelos estudantes da EJA.

Além das informações demográficas, foram incluídas perguntas qualitativas para explorar as razões que levaram os alunos a ingressarem na EJA, o momento em que iniciaram os estudos, o período em que permaneceram afastados da escola e as principais dificuldades enfrentadas no processo de retomada dos estudos. Essa abordagem mista visa fornecer uma compreensão mais aprofundada das condições e motivações dos alunos, bem como dos obstáculos que necessitam superar para alcançar seus objetivos educacionais.

A análise quantitativa dos dados seguiu os procedimentos descritos por Marconi e Lakatos (2010), que enfatizam a importância de utilizar métodos estatísticos para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados. As respostas foram analisadas, permitindo identificar padrões e correlações entre as variáveis estudadas.

A escolha desta temática decorreu das regências dos estágios do curso de Licenciatura em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus São Borja/RS. Ao trabalhar com o público do noturno da EJA pude verificar a variação de alunos de diferentes perfis sociais, o que me incentivou a escolher esta temática para desenvolver na conclusão do curso.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional essencial para incluir segmentos da população brasileira que, por diversas razões, não tiveram acesso à educação básica durante o período convencional de escolarização. Dito isso, este estudo analisa a EJA considerando a sua importância para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos envolvidos, bem como o impacto na sociedade em geral, já que esse programa está intrinsecamente ligado a um projeto de justiça social na medida em que oferece uma segunda oportunidade a indivíduos que não concluíram a educação básica, possibilitando a recuperação do tempo perdido e a aquisição de competências fundamentais (Silva; Watanabe, 2024).

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo aborda sobre a educação de jovens e adultos e traz uma revisão bibliográfica acerca da construção da educação brasileira e da EJA, abarcando desde o período regencial, das constituintes até a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), além de abordar a contribuição de Paulo Freire sobre a educação emancipatória e humana. Já no segundo capítulo trouxe-se a apresentação da pesquisa e a análise dos resultados obtidos na coleta de dados realizada no Instituto Estadual Arnaldo Matter, bem como

as características do público da EJA na instituição. Por fim, o terceiro capítulo traz as considerações finais, nas quais se discute os resultados obtidos e propõe reflexões importantes acerca do tema pesquisado.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um processo crucial para educar aqueles que, por diversos motivos, não conseguiram acessar o sistema educacional brasileiro dentro do prazo estabelecido (Brasil, 1996). Outras motivações também podem ser destacadas, como a qualificação profissional e acesso a empregos com melhor remuneração, alguns, principalmente no caso de jovens, pode ser por pressão familiar. Por fim, pode-se elencar até mesmo o prazer do aprendizado e de fazer parte de uma comunidade escolar. Esse universo plural exige o compromisso social com a transformação, o que leva também a profissionais comprometidos e qualificados para atuar com a EJA.

Segundo Strelhow (2010, p. 49), um educador que se dedica a trabalhar com adultos deve adotar uma postura crítica em relação às suas práticas educacionais, com um foco nas experiências vividas pelos educandos, buscando resgatá-las dentro do processo educacional, o que significa que o ensino não é estranho aos conhecimentos já desenvolvidos, mas parte deles, das experiências de vida, significando os aprendizados. Os alunos da EJA geralmente são indivíduos que buscam retornar à escola para se integrarem ao mundo da leitura e da escrita, no qual se encontram estagnados devido à falta de habilidade na leitura e objetivam também se qualificar para o mundo do trabalho. Strelhow (2010) ainda pontua que:

Com frequência, os próprios alunos buscam na escola um espaço para atender às suas necessidades individuais, a fim de se integrarem à sociedade letrada da qual não conseguem participar plenamente devido à falta de domínio na leitura e escrita (Strelhow, 2010, p. 50).

O público da EJA é predominantemente composto por indivíduos que não lograram êxito em concluir sua formação educacional dentro do prazo convencional. São indivíduos laboriosos que estiveram distantes do ambiente escolar por determinado período e enfrentam desafios ao conciliar os compromissos profissionais com os acadêmicos. Logo, o docente precisa ter destreza no conteúdo e na pedagogia, com a finalidade de promover o aprendizado desse aluno. Entende-se que os alunos podem apresentar dificuldades de leitura e interpretação, sendo, portanto, metas para desenvolvimento dos educandos.

Conforme Fonseca (2019), originariamente, a instituição da EJA foi concebida para mitigar as deficiências do sistema educacional convencional, que não estava atendendo às necessidades da população trabalhadora que não teve acesso às mesmas oportunidades educacionais que os jovens do ensino regular. Ao mesmo tempo, observa-se a riqueza de saberes e experiências que podem ser cruciais para os processos educacionais. Assim, a EJA tem o potencial de transformação social para seus educandos e para a sociedade como um todo. Nessa perspectiva:

Atualmente a EJA se tornou uma grande aliada na educação inclusiva aproximando o desenvolvimento intelectual da democracia, da igualdade entre todos, onde o professor estabelece uma valorização do saber cotidiano tendo sensibilidade de trabalhar as especificidades e diversidades dos indivíduos, já que em uma mesma turma é possível identificar diversas bagagens culturais (Fonseca, 2019, p. 22).

Ainda segundo Fonseca (2019), a compreensão da realidade de cada aluno da EJA e a transformação do ambiente escolar em um espaço de intercâmbio de conhecimento representam desafios significativos para o docente contemporâneo. Este papel demanda não apenas uma familiaridade profunda com os contextos individuais dos estudantes, mas também uma habilidade de reintegrar essas realidades diversas em práticas educacionais significativas. O docente, portanto, atua como um mediador do conhecimento, navegando por uma variedade de visões de mundo e facilitando a troca de ideias em um ambiente dinâmico.

A educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um paradigma educacional fundamental, concebido para integrar indivíduos previamente apartados do ambiente escolar, facultando-lhes uma participação ativa na esfera social. Além disso, ele não apenas reconhece a singularidade de suas experiências e perspectivas, mas também as incorpora ao contexto pedagógico, enriquecendo, assim, o ambiente de aprendizagem. Esta abordagem promove a inclusão educacional e também serve como um instrumento de capacitação social e cultural, propiciando que os alunos se tornem agentes proativos na construção de suas próprias trajetórias educacionais e profissionais. Ao valorizar a diversidade de vivências e conhecimentos dos estudantes, o sistema EJA reforça não apenas a importância da equidade educacional, mas também a necessidade de uma abordagem sensível e adaptável às necessidades individuais dos aprendizes adultos. Sendo assim:

A educação crítica e emancipatória estabelece que os conhecimentos sejam adequados, edificados de configuração diligente, grupal, cooperativa, sucessiva, interdisciplinar, democrática e participativa, voltados para a constituição de metodologias abalizadas em temas geradores, insurgindo assim o saber popular. Os temas geradores são táticas metodológicas de construção do descobrimento, extraídos do exercício de vida do educando, os quais devem ser ressignificados para atribuírem-se valor e sentido ao conhecimento deste aluno. O importante fato de partir do princípio que no ato de ensinar, é considerar o saber que o aluno traz consigo, sua história (Fonseca, 2019, p.19).

Ao trabalhar com realidades distintas, o docente se depara com uma multiplicidade de experiências e perspectivas. Essa diversidade pode ser tanto um desafio, quanto uma oportunidade, exigindo uma abordagem flexível e sensível. O docente eficaz reconhece a importância de adaptar suas estratégias de ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno, ao mesmo tempo em que promove um ambiente inclusivo e colaborativo.

No cerne dessa abordagem está o reconhecimento da educação como um processo bidirecional de aprendizado: o docente não apenas transmite conhecimento, mas também o recebe e reconstrói em conjunto com seus alunos. Essa dinâmica de troca enriquece a experiência educacional, permitindo que tanto os alunos, quanto os docentes ampliem seus horizontes e desenvolvam uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor.

Não obstante, os educadores desempenham um papel crucial na formação de habilidades cognitivas e socioemocionais, preparando os alunos para enfrentar os desafios complexos da sociedade contemporânea. Isso requer não apenas um domínio do conteúdo acadêmico, mas também uma capacidade de promover o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração.

No contexto de um ambiente escolar diversificado, o docente enfrenta uma série de desafios, incluindo diferenças culturais, sociais e econômicas entre os alunos. Compreende-se que cada vez mais a EJA constitui um ambiente diverso, composto por jovens que optaram por essa modalidade de ensino, adultos trabalhadores e aposentados. No entanto, essas diferenças não devem ser vistas como obstáculos, mas, sim, como oportunidades para enriquecer o processo educacional. Ao reconhecer e valorizar a diversidade, o docente pode criar um ambiente inclusivo e estimulante, no qual todos os alunos se sintam respeitados e capacitados a contribuir.

Uma abordagem analítica para a prática docente envolve uma constante reflexão sobre as estratégias pedagógicas adotadas e seu impacto no aprendizado dos alunos. Isso requer uma atitude de abertura à experimentação e à inovação, buscando constantemente maneiras de melhorar e aprimorar a prática educacional. Além disso, implica em uma compreensão profunda dos fundamentos teóricos subjacentes à educação, bem como uma familiaridade com as tendências e debates contemporâneos no campo. É imprescindível que a EJA seja pensada em suas singularidades sociais e pedagógicas.

Em resumo, o papel do docente como mediador do conhecimento é complexo e multifacetado. Requer uma combinação única de habilidades interpessoais, conhecimento acadêmico e sensibilidade cultural. Ao adotar uma abordagem analítica e reflexiva para a prática docente, os educadores podem desempenhar um papel significativo na promoção do aprendizado dos alunos e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.1 Percursos históricos na educação brasileira e na EJA

Para compreendermos o sistema educacional do Brasil, é essencial voltarmos nosso olhar para o passado, especialmente para o período da chegada dos Jesuítas. Inicialmente, os Jesuítas dedicaram-se à catequização dos indígenas e ao ensino da língua portuguesa, sendo que essa dedicação ao ensino tinha como objetivo que estes servissem à corte colonialista. Após a partida dos Jesuítas, a responsabilidade pela educação recaiu sobre a família real, que não demonstrou o mesmo empenho no processo educacional, evidenciando a falta de valorização do ensino desde os primeiros tempos do Brasil. Isso deixou a população à mercê das autoridades, com uma educação relegada a segundo plano em relação ao desenvolvimento econômico e às classes dominantes, conforme observado por Strelhow (2010, p. 50).

A responsabilidade da educação no Brasil é um tema complexo e histórico que remonta ao final do Império e à emancipação do Brasil em 1822. Com a promulgação da Constituição e a transição para República, os direitos e deveres de cada cidadão foram estabelecidos, no entanto a análise revela a visão da constituição brasileira sobre a educação, especialmente no que diz respeito à formação das pessoas trabalhadoras. Logo, para a compreensão do

desenvolvimento das instituições educacionais no Brasil é preciso analisar as constituintes, as quais Silva e Watanabe (2024) listam na sequência:

O Brasil, após sua independência em 1822, constituiu-se como uma república federativa e, desde então, tem como Carta Magna os seguintes documentos: Constituição do Império (1824), Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), Constituição Brasileira de 1934, Constituição Brasileira de 1937 (apelidada de "Polaca"), Constituição Brasileira de 1946, Constituição Brasileira de 1967 (proveniente a partir do Golpe Militar de 1964) e a Constituição Federal de 1988 (a chamada "Constituição Cidadã") (Silva; Watanabe, 2024, p. 3).

É relevante refletir sobre os significados de uma constituição para um Estado, isso porque uma Constituição Federal é um compêndio de leis e princípios que serve como alicerce de uma nação, sendo nela definidas as estruturas de poder e dever do governo, bem como delinea os deveres e responsabilidades dos cidadãos que a compõem, estabelecendo-se como o documento fundamental de uma nação. Sua importância reside na sua capacidade de fornecer uma estrutura legal e institucional sólida, garantindo a ordem e a governança, sendo assim compreender a natureza e o escopo da constituição é essencial para uma análise abrangente do sistema jurídico e político de um país.

A Constituição Federal, como a suprema lei de uma nação, representa o alicerce jurídico e institucional sobre o qual se baseiam todas as outras normativas e práticas governamentais. Frente a isso, neste estudo direcionamos nosso olhar para as disposições constitucionais relacionadas à educação, explorando suas nuances e implicações dentro do contexto legal e social. Por meio de uma análise crítica e aprofundada, buscamos elucidar os princípios e diretrizes fundamentais que regem o sistema educacional delineado pela Constituição Federal.

A Constituição de 1824, marco inaugural da legislação brasileira, estabelece que a educação primária seria uma responsabilidade do Estado, contudo sem conceder atenção substancial ao processo educacional em si. Essa carta, outorgada por Dom Pedro I, é amplamente considerada por historiadores como uma imposição do imperador, refletindo as dinâmicas políticas e sociais da época, como pode ser observado na análise abaixo:

A Constituição Brasileira de 1824 foi outorgada por Dom Pedro I em 25 de março de 1824. Apesar de aprovada por algumas Câmaras Municipais da confiança de D. Pedro I, é considerada pelos historiadores como uma imposição do imperador. A primeira Carta Magna brasileira faz apenas uma menção à Educação, ao definir que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” (BRASIL, 1824), além de estabelecer a unidade territorial, a divisão do governo em quatro poderes e estabelecer o voto censitário (voto ligado à renda do cidadão). Desde esse primeiro documento fica clara uma distinção ou escalonamento entre os cidadãos, pois explicita que serão considerados cidadãos brasileiros “os ingênuos” e os livres que nascerem no território nacional (Silva; Watanabe, 2024, p. 4).

O momento crucial da história da educação no império foi em 1881, pois introduziu uma exigência pioneira: o sufrágio restrito aos cidadãos alfabetizados, esse decreto ficou conhecido como Lei Saraiva, uma homenagem a José Antônio Saraiva, ministro do Império. Esta medida reflete uma perspectiva profundamente arraigada na época, que via na alfabetização não apenas uma habilidade técnica, mas um requisito essencial para o pleno exercício da cidadania.

O decreto estabelece, pela primeira vez, restrições ao voto dos analfabetos, inserindo assim novos elementos na discussão, pois até então o direito ao voto estava vinculado a questões de natureza econômica e social, mas não especificamente ao grau de instrução do eleitor. Tem-se, assim, colocada em dúvida a capacidade de discernimento do analfabeto, ao mesmo tempo que evidencia o posicionamento político sobre quem poderia ter acesso às decisões políticas do País, já que apenas uma pequena parte da sociedade tinha acesso à educação (Silva; Watanabe, 2024, p. 5).

Ao enfatizar a necessidade de discernimento moral e intelectual para participação política, o decreto coloca em evidência desigualdades existentes, privilegiando grupos sociais que já tinham acesso à educação formal. Isso levanta questões sobre a equidade do processo político e a necessidade de garantir oportunidades iguais para todos os membros da sociedade participarem plenamente da vida política.

A Constituição outorgada em 1891 enfatiza a descentralização e a concentração dos poderes da União e dos Estados sobre a educação, estabelecendo normas para a criação de estabelecimentos de ensino e a separação entre Estado e igreja, referidos a seguir:

Os principais tópicos tratados na Carta Magna referem-se à descentralização e à concentração das atividades educacionais da União e dos estados. Ficou estabelecida a competência do Congresso para “o desenvolvimento das letras, artes e ciências”, bem como para a criação de estabelecimento de ensino nos níveis superior e secundário. Ademais, estabeleceu-se a separação entre Estado e Igreja, no que se refere à educação, visto que o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais era laico (Silva; Watanabe, 2024, p. 5).

Durante as décadas, de 1920 e 1930, o Brasil testemunhou um notável processo de transformação demográfica, marcado pela migração em massa da população rural para os centros urbanos, conhecido como êxodo rural. Este movimento foi catalisado pela crise econômica que afetou o principal produto interno bruto do país, o café, resultando na perda de influência dos barões do café e impulsionando o avanço do processo de industrialização. No entanto, a transição para uma economia industrializada exigia uma mão de obra qualificada, o que se mostrava um desafio considerável dada a predominância do analfabetismo entre a população. Diante desse novo cenário, emergiu uma nova classe social que demandava não apenas direitos laborais, mas também acesso à educação e oportunidades de estudo no Brasil. Esse contexto refletiu também nas políticas de educação, sendo assim:

O Brasil do início da República era um país eminentemente rural (60% da população), recém-saído de um longo período de escravidão (mais de três séculos até a abolição da escravatura em 1888), com taxas de analfabetismo da ordem de 75% da população. A Primeira República, ou República Velha, foi marcada pelo desenvolvimento da indústria, pela reestruturação da força de trabalho – não mais escravizada –, pelas greves operárias e pela Semana de Arte Moderna, o que ocasionou a formação de novas classes sociais (a exemplo do funcionalismo público, dos industriários etc.), e novas demandas sociais, como direitos trabalhistas, organização das cidades, qualificação de mão de obra, entre outras. Essas transformações tiveram ecos na Educação, que passa a ter novos atores sociais em sua disputa e, enfim, começa a delinear a ideia do ensino como direito público (Silva; Watanabe, 2024, p. 5-6).

O contexto político também desempenhou um papel crucial nesse período de mudança, iniciando-se com a ascensão de líderes como Getúlio Vargas, que chegou ao poder por meio de um golpe de estado, marcou uma nova fase na história do Brasil. Durante seus 15 anos de governo, Vargas foi confrontado com pressões crescentes por reformas e mudanças sociais e, em resposta a essas demandas, em 1934, ele instituiu a primeira Assembleia Constituinte do Brasil, um marco importante que estabeleceu as bases para uma série de reformas políticas e sociais.

Um dos aspectos mais significativos dessas reformas foi a introdução da educação primária como um direito garantido pelo Estado, conforme estipulado pela Constituição de 1934. Essa medida representou um reconhecimento fundamental do papel crucial da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao tornar a educação primária uma obrigação do Estado, o governo buscava enfrentar o problema endêmico do analfabetismo e promover o desenvolvimento intelectual e social de sua população:

Com a criação do Plano Nacional de Educação instituído na Constituição de 1934, estabeleceu-se como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito estendeu-se a praticamente todos os setores sociais (Friedrich *et. al.*, 2010, p. 393).

A Constituição de 1934 representa um marco fundamental na tentativa de estabelecer uma estrutura de redes de ensino nos estados, dentro do sistema educacional nacional. Esta iniciativa reflete um esforço significativo para redefinir a organização educacional do país, buscando ampliar e fortalecer a articulação entre as diferentes unidades federativas, o que podemos observar no artigo 150 do supracitado documento legal no capítulo II: Da Educação e da Cultura, afirma-se:

Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e b, só se poderá renovar em prazos determinados, obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível (Brasil, 1934).

A Constituição de 1937, em relação à análise de 1934, revela um retrocesso significativo no âmbito educacional, pois, enquanto a Constituição de 1934 enfatizava o dever do Estado de garantir a oferta mínima e gratuita da educação primária, a versão de 1937 falha na manutenção desse compromisso:

De forma geral, pode-se observar que, do ponto de vista legal, a Constituição de 1934 trouxe avanços para a Educação, especialmente na sua obrigatoriedade, no entendimento da necessidade de um plano nacional, na organização de um orçamento e, especificamente na EJA, na citação de pessoas adultas como destinatárias de ensino gratuito. Mas houve um grande retrocesso em 1937, fazendo com que, de forma prática, a

educação primária, minimamente, seja ofertada aos adultos de forma gratuita (Silva; Watanabe, 2024, p. 7).

A Constituição promulgada em 1946 no Brasil é um reflexo do panorama político e social, tanto nacional, quanto internacional. Este marco coincide de maneira significativa com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, um momento de transição e redefinição não só para o Brasil, mas para o mundo como um todo.

A promulgação da Constituição de 1946 ocorrida em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial é marcada pela fundação de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e desencadeou no Brasil um movimento de reivindicação pela educação de jovens e adultos. Esta Carta Magna refletiu os ideais estabelecidos pela Constituição de 1934, que reconhecia a educação como um direito de todos os cidadãos, estabelecendo as bases para a garantia de uma educação pública de qualidade, com isso:

A UNESCO denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como “atrasadas” (Haddad; Di Pierro, 2000, p.111).

A conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial foi marcada por um sentido de urgência em promover a reconstrução e o desenvolvimento social, econômico e cultural em escala global. Nesse contexto, a UNESCO emergiu como uma voz proeminente na defesa da educação como um direito humano fundamental e um catalisador para o progresso sustentável. O Brasil, como muitos outros países, enfrenta desafios significativos em relação ao analfabetismo, especialmente entre jovens e adultos, o que foi:

Um dos motivos para o surgimento da Primeira Campanha Nacional de Alfabetização foi a imensa pressão internacional para a erradicação do analfabetismo nas ditas “nações atrasadas”. Essa pressão internacional se deu pela criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) após o fim da segunda guerra mundial em 1945. A orientação da ONU e da UNESCO era de que a educação era o meio de desempenhar o desenvolvimento das “nações atrasadas” (Strelhow, 2010, p. 53).

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) representou um marco na história da educação brasileira, pois sinalizou um compromisso

institucional renovado em expandir o acesso à educação básica para aqueles que haviam sido historicamente marginalizados ou excluídos do sistema educacional formal. Através da coordenação entre o Ministério da Educação e Saúde foram implementadas estratégias abrangentes para atingir comunidades, tanto nas áreas rurais, quanto urbanas, reconhecendo as disparidades regionais e socioeconômicas que caracterizavam o cenário educacional brasileiro da época.

No entanto, apesar dos esforços iniciais, a eficácia da campanha CEEA foi limitada por uma série de desafios estruturais e contextuais, uma vez que a falta de infraestrutura educacional adequada em muitas regiões, juntamente com a escassez de recursos financeiros e humanos, dificultou a implementação eficaz dos programas educacionais propostos. Além disso, questões como a resistência cultural à educação formal e as condições socioeconômicas desfavoráveis enfrentadas por muitos jovens e adultos dificultaram a adesão e a permanência nas escolas.

Segundo Silva e Watanabe (2024, p. 9), com a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, teve início um processo de desativação das campanhas educacionais então em vigor, desencadeando um debate nacional em torno da formulação de um projeto de lei que estabelecesse as diretrizes e bases da educação nacional. Esse período foi marcado pela emergência do movimento de defesa da educação pública, liderado por figuras proeminentes como Florestan Fernandes e outros acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP), bem como por Anísio Teixeira.

A ascensão de Kubitschek à presidência representou um ponto de inflexão na política educacional brasileira, marcando uma transição significativa na abordagem governamental em relação à educação. A desativação das campanhas educacionais existentes refletiu uma mudança de foco e prioridades, com o governo buscando reorientar seus esforços para o desenvolvimento de políticas mais abrangentes e estruturadas que pudessem abordar os desafios educacionais de forma mais holística.

O debate em torno do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi central para esse processo de reconfiguração do cenário educacional brasileiro. Figuras proeminentes como Florestan Fernandes e Anísio Teixeira desempenharam papéis fundamentais na formulação e defesa de uma visão progressista da educação, enfatizando a importância da educação pública como um pilar essencial do desenvolvimento nacional e da promoção da igualdade social.

O movimento de defesa da educação pública, liderado por acadêmicos e intelectuais comprometidos com a causa da democratização do acesso à educação, desempenhou um papel crucial na articulação de demandas e na mobilização da opinião pública em favor de uma legislação educacional mais inclusiva e abrangente. O engajamento ativo da comunidade acadêmica proporcionou uma base intelectual sólida para as propostas de reforma educacional que estavam sendo debatidas no país, e nesse novo cenário surgem os movimentos populares de educação.

Dentro do contexto das campanhas de alfabetização em vigor, destaca-se a atuação da delegação de Pernambuco, na qual Paulo Freire desempenhou um papel significativo. Freire, reconhecido internacionalmente por suas contribuições para a pedagogia crítica, apresentou em seu relatório uma perspectiva inovadora sobre o analfabetismo no Nordeste do Brasil, argumentando que este era, essencialmente, um problema social e não meramente educacional:

A delegação de Pernambuco, da qual fazia parte Paulo Freire, defende, em seu relatório, que o problema do analfabetismo no Nordeste era um problema social, não um problema educacional. Em outras palavras, era a miséria da população que gerava o analfabetismo (Silva; Watanabe, 2024, p. 9).

A análise de Freire refletiu uma compreensão profunda das raízes estruturais do analfabetismo na região nordestina, indo além das abordagens convencionais que o enquadravam exclusivamente como uma deficiência de habilidades de leitura e escrita. Em vez disso, ele situou o analfabetismo dentro de um contexto mais amplo de desigualdade social, marginalização econômica e exclusão política que caracterizavam a realidade do Nordeste brasileiro na época.

Ao deslocar o foco do debate do analfabetismo de uma perspectiva estritamente educacional para uma análise mais ampla das condições sociais e econômicas que o perpetuavam, Freire desafiou as concepções tradicionais sobre o papel da educação na transformação da sociedade. Ele argumentou que, para combater efetivamente o analfabetismo, era necessário abordar suas causas profundas, incluindo a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos e a marginalização de grupos sociais vulneráveis.

Essa abordagem integrada e holística de Freire para o analfabetismo representou uma ruptura significativa com as práticas pedagógicas predominantes da época, que, muitas vezes, limitava-se a estratégias de ensino tradicionais e

descontextualizadas. Em vez disso, ele propôs uma pedagogia centrada na conscientização crítica, que buscava capacitar os alunos a entenderem sua própria realidade social e a se engajarem ativamente na transformação de suas condições de vida.

Em 1961, após um extenso período de 13 anos de debate e deliberação, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que teve como principal autor o educador brasileiro Anísio Teixeira. Esse marco legislativo representou uma etapa fundamental na história da política educacional brasileira, estabelecendo os princípios fundamentais que orientaram o sistema educacional do país nas décadas seguintes, como podemos evidenciar no:

(...) texto final de Anísio Teixeira, tem-se a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, quando os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do Ministério da Educação (MEC). Foram necessários treze anos de debate (1948 a 1961) para a aprovação da primeira LDB. O ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei, logo, o pano de fundo era a separação entre o Estado e a Igreja. O salário-educação, criado em 1962, também é um fato marcante na história do Ministério da Educação, e até hoje essa contribuição continua sendo fonte de recursos para a educação básica brasileira (Silva; Watanabe, 2024, p. 9).

A promulgação da LDB de 1961 refletiu um esforço concentrado para consolidar e modernizar o sistema educacional brasileiro, em consonância com as demandas e aspirações da sociedade da época. Durante o longo processo de elaboração da lei, foram considerados uma série de desafios e questões, abrangendo desde a estruturação do currículo escolar até a formação e remuneração dos professores.

Anísio Teixeira, reconhecido como uma das figuras mais influentes na história da educação brasileira, desempenhou um papel central na redação e defesa da LDB de 1961. Sua visão progressista e compromisso com a democratização do acesso à educação foram fundamentais para orientar os princípios e diretrizes contidos na lei, que buscavam promover uma educação pública de qualidade e acessível para todos os brasileiros.

Um dos aspectos mais significativos da LDB de 1961 foi a ênfase dada à universalização do ensino fundamental como um direito básico de todos os cidadãos brasileiros na medida em que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário,

garantindo assim que todas as crianças tivessem acesso à educação básica, independentemente de sua origem socioeconômica ou geográfica.

Além disso, a LDB de 1961 também introduziu importantes reformas no sistema educacional brasileiro, incluindo a valorização do magistério, a expansão da oferta de ensino técnico e profissionalizante e a promoção da educação de jovens e adultos. Essas medidas refletiram um compromisso renovado com a qualidade e relevância da educação brasileira, visando preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do mundo moderno.

Outro aspecto relevante da LDB de 1961 foi a criação de órgãos e instâncias de gestão educacional, destinados a coordenar e supervisionar a implementação das políticas educacionais em todo o país. Isso incluiu a criação do Conselho Federal de Educação (CFE) e dos Conselhos Estaduais de Educação, que desempenharam papéis importantes na regulamentação e fiscalização do sistema educacional brasileiro.

O Brasil foi submetido ao regime militar após o golpe de 1964, inaugurando um período de ditadura que teve repercussões profundas em todas as esferas da sociedade brasileira. Entre as áreas mais impactadas, destaca-se a educação, que foi submetida a um regime de autoritarismo e repressão. Conforme Silva e Watanabe (2024), com:

(...) o golpe da década de 1960, iniciou-se um período longo de exceção do estado de direito, tendo como governantes os militares brasileiros. A ditadura cívico-militar, que entrou em vigor no Brasil em 1964, foi um período marcado por extremo autoritarismo, cerceamento de liberdades e repressão como meios de manter o regime (Silva; Watanabe, 2024, p. 9).

A educação foi utilizada como ferramenta para promover os interesses do Estado e consolidar o poder das autoridades governamentais. O sistema educacional foi submetido a uma série de reformas que visavam a doutrinação ideológica e o controle da população. O ensino tornou-se um instrumento de propaganda política, com a imposição de uma narrativa oficial que glorificava o regime militar e silenciava qualquer forma de oposição.

Os educadores, que historicamente desempenham um papel fundamental na formação crítica dos cidadãos, foram alvo de perseguição e censura. Aqueles que se opunham ao regime ou buscavam promover uma educação crítica e emancipadora eram frequentemente presos, demitidos ou exilados. A liberdade acadêmica foi

severamente restringida, com a imposição de uma cartilha ideológica que limitava a diversidade de pensamento e sufocava o debate intelectual.

Entre aqueles que ousaram desafiar a censura e lutar pela liberdade e autonomia das pessoas, destacou-se a figura emblemática de Paulo Freire, cujas ideias revolucionárias sobre educação popular e conscientização representaram uma ameaça ao status autoritário. Como resultado, Freire e outros educadores foram forçados ao exílio, privando o Brasil de suas contribuições significativas para o campo da pedagogia crítica.

Durante o regime militar, uma nova constituição foi aprovada, retirando características democráticas e transferindo ao Estado a responsabilidade sobre a educação. Nesse contexto, emergiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado com o objetivo de formar mão de obra para o mercado de trabalho.

A transição do governo militar para a democracia marcou um período crucial na história do Brasil, culminando na promulgação da Constituição de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã". Este marco legal, promulgado em 5 de outubro de 1988, representa o compromisso do país com a educação, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Constituição garante o acesso à educação para toda a população, incluindo aqueles que não puderam completar sua educação formal no tempo adequado. Tornou-se incumbência do Estado assegurar uma educação pública e gratuita para todos os cidadãos, conforme o previsto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

[...]

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

[...]

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

[...]

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (Brasil, 1988).

A influência da legislação sobre a educação no Brasil é um tema complexo que merece uma análise detalhada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, representa um marco significativo nesse processo. No entanto, é importante reconhecer que sua implementação completa não ocorreu imediatamente após sua promulgação, já que foram necessários cerca de oito anos para que a LDB se alinhasse adequadamente com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, também conhecida como a Carta Magna.

O processo de alinhamento entre a LDB e a Constituição foi crucial para consolidar os fundamentos da educação brasileira e garantir que ambas as legislações trabalhassem em conjunto para promover uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, houve esforços para garantir que a LDB refletisse os princípios constitucionais, incluindo disposições específicas relacionadas à educação de jovens e adultos.

Um aspecto importante desse processo foi o reconhecimento da educação de jovens e adultos como uma modalidade essencial da educação básica. Esse reconhecimento não apenas ampliou o escopo da educação básica, mas também refletiu a necessidade de atender às diversas necessidades educacionais da população brasileira, incluindo aqueles que haviam sido historicamente marginalizados ou excluídos do sistema educacional.

Ao definir a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica, a LDB reconheceu a importância de proporcionar oportunidades educacionais para indivíduos de todas as idades e contextos sociais. Isso não apenas reforçou o compromisso do Estado brasileiro com a universalização da educação, mas também destacou a importância da educação ao longo da vida como um instrumento fundamental para o desenvolvimento humano e o progresso social.

No período governamental em questão, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com o objetivo de mobilizar recursos financeiros para aprimorar a educação no Brasil. No entanto, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, observou-se uma restrição na distribuição dos fundos destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que resultou em uma marginalização relativa desse setor no repasse dos recursos.

Embora o governo tenha demonstrado negligência em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a demanda por sua valorização persistiu, impulsionada por pressões exercidas por movimentos sociais, associações e cidadãos engajados. Essas pressões refletiam a necessidade premente de uma resposta efetiva para atender às demandas educacionais daqueles que não tiveram acesso à educação pública durante o período considerado oportuno em suas vidas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 traz uma compreensão mais abrangente sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo a falha do Estado em garantir esse direito e a definiu como um processo destinado a cumprir essa dívida social que o país tem com a população que não teve a oportunidade de adquirir habilidades básicas de leitura e escrita, muitas vezes, devido à necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho para contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, a EJA assumiu não apenas um papel educacional, mas também uma função de reparação e equalização social. Ela busca remediar as lacunas deixadas pela falta de acesso à educação, proporcionando oportunidades de aprendizagem para aqueles que foram privados desse direito fundamental. Além disso, a EJA visa equilibrar as desigualdades sociais e econômicas, reconhecendo e valorizando as contribuições dos adultos que, mesmo sem formação educacional, dedicaram suas vidas ao trabalho e à construção da riqueza nacional.

Essa abordagem destaca a necessidade de políticas e práticas educacionais que não apenas atendam às necessidades imediatas de aprendizagem dos adultos, mas também reconheçam e respeitem sua dignidade e valor como cidadãos. A EJA não se limita apenas a transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também busca promover a inclusão social, a autonomia e a capacidade crítica dos alunos, capacitando-os a participar plenamente da vida social, econômica e política do país.

Ao reconhecer a importância da EJA como um mecanismo de reparação e inclusão social, a legislação brasileira reafirma o compromisso do Estado em promover uma educação de qualidade para todos, independentemente de idade, origem ou condição socioeconômica. No entanto, a efetivação desse compromisso requer não apenas a promulgação de leis e políticas, mas também o investimento em recursos humanos e materiais, a capacitação de professores e a criação de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores para os alunos adultos.

A EJA desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, na qual todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais significativas ao longo de suas vidas. Ao reconhecer e valorizar o direito à educação de jovens e adultos, o Brasil dá um passo importante em direção à construção de um futuro mais promissor e sustentável para todos os seus cidadãos.

2.2 Paulo Freire e a EJA

O século XX marcou mudanças significativas no cenário educacional brasileiro, com uma crescente conscientização sobre a importância da educação como ferramenta de transformação social e empoderamento individual. Paulo Freire foi expoente nesse debate, pois através de sua abordagem pedagógica revolucionária, defendeu uma educação libertadora que reconhece e valoriza as experiências e conhecimentos dos alunos, estabelecendo uma relação de diálogo e aprendizagem.

Conforme o estudo de Fonseca (2019), sobre a influência de Paulo Freire para a EJA, “o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos” (Fonseca, 2019, p. 17). A proposta de Freire foi fundamental para desafiar as estruturas tradicionais de ensino, que, muitas vezes, desconsideravam as realidades sociais e culturais dos alunos, perpetuando assim desigualdades e exclusões. Seu método, conhecido como “educação problematizadora”, busca não apenas transmitir conhecimento, mas também promover a reflexão crítica e a ação transformadora:

O método de Paulo Freire obedece às normas metodológicas e lingüísticas, mas vai além delas, pois desafia os indivíduos que se alfabetizam e se utilizam da EJA para conclusão de seus estudos, a utilizar o código escrito com apropriação para se politizar, ou seja, a conscientização através da leitura do mundo para com isso concluir que é preciso aprender a ler como um instrumento de evolução e pertencimento no meio inserido (Fonseca, 2019, p.17).

Neste contexto, Paulo Freire defendeu a necessidade de uma educação libertadora, que capacita os indivíduos a compreenderem criticamente o mundo ao seu redor e a se tornarem agentes de mudança. Sua obra mais famosa, “Pedagogia do Oprimido”, tornou-se um marco na pedagogia contemporânea, influenciando

educadores em todo o mundo e inspirando movimentos sociais em prol da justiça e da igualdade.

É importante ressaltar que o legado de Paulo Freire transcende as fronteiras do Brasil e continua a inspirar educadores e ativistas em todo o mundo. Sua abordagem humanista e comprometida com a emancipação dos indivíduos permanece relevante e atual, especialmente em um contexto global marcado por desigualdades e injustiças sociais.

Em suma, o impacto de Paulo Freire no campo da educação foi e continua sendo imenso, representando uma voz poderosa em defesa da igualdade, da justiça e da emancipação humana. Seu trabalho influenciou profundamente a teoria e a prática educacional, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica do papel da educação na promoção do desenvolvimento humano e social.

Embora órgãos e movimentos educacionais tenham sido criados ao longo dos anos até a promulgação da Constituição de 1988, o analfabetismo ainda persistia no país. Sendo que a visão de Freire sobre o analfabetismo como um problema social também teve implicações profundas para as políticas educacionais e os programas de alfabetização desenvolvidos na época. Ele argumentou que as iniciativas de alfabetização deveriam ser integradas a esforços mais amplos de desenvolvimento social e econômico, visando não apenas ensinar habilidades básicas de leitura e escrita, mas também capacitar os indivíduos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Essa abordagem foi fundamental para a concepção e implementação de programas de alfabetização mais abrangentes e eficazes, que não apenas visavam reduzir as taxas de analfabetismo, mas também promover a participação cívica, o empoderamento individual e o desenvolvimento comunitário. Os métodos pedagógicos inovadores de Freire, como a educação problematizadora e a utilização de materiais culturais relevantes, foram incorporados em muitos desses programas, tornando-os mais relevantes e significativos para os participantes.

Em última análise, a contribuição de Paulo Freire para o debate sobre o analfabetismo no Nordeste brasileiro foi profundamente transformadora, desafiando concepções convencionais e estimulando uma reflexão crítica sobre as raízes sociais e políticas desse fenômeno. Sua visão ampla e sua abordagem centrada na conscientização continuam a inspirar educadores e formuladores de políticas em todo o mundo, destacando a importância de uma educação que não apenas ensine

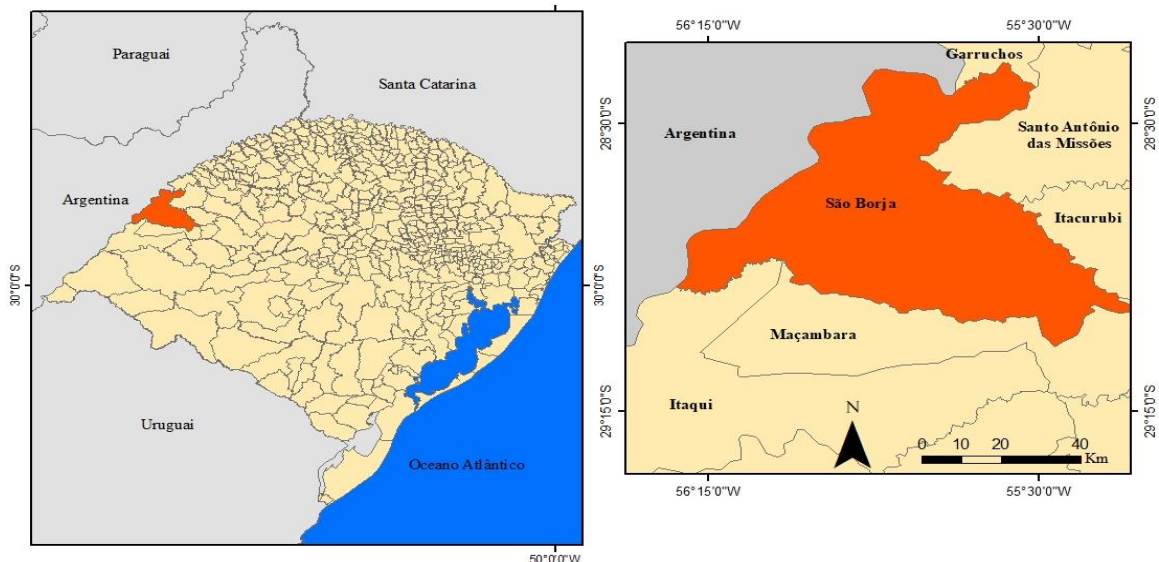
habilidades básicas, mas também promova a justiça social e o empoderamento individual.

3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 O Instituto Estadual Arnaldo Matter

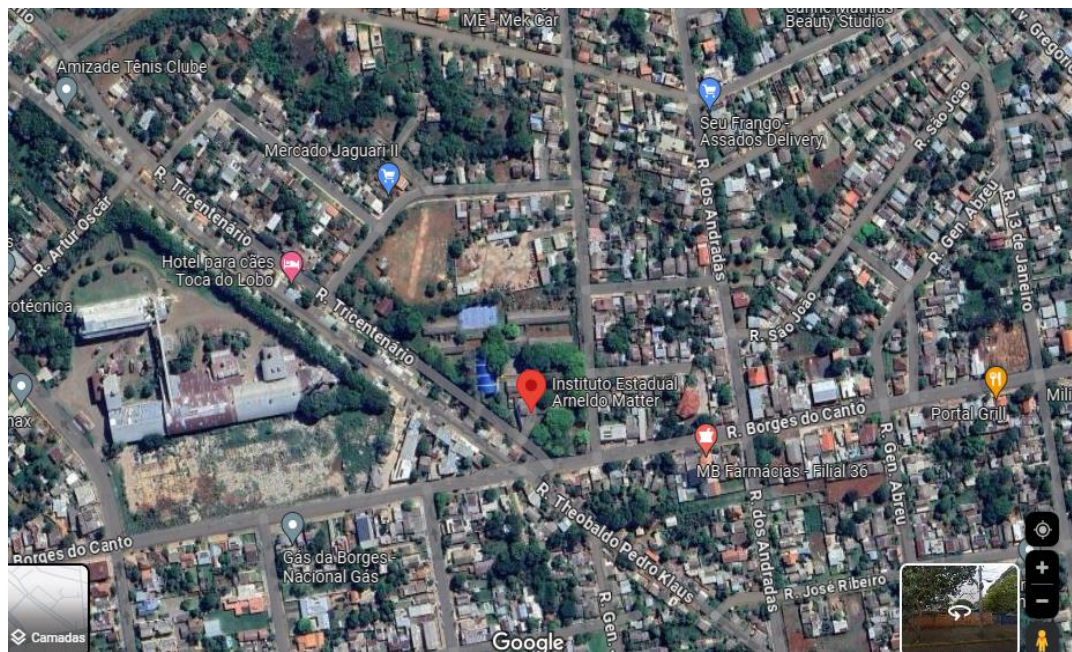
Fundado na década de 1970, o Instituto Estadual Arnaldo do Matter localiza-se (Figura 1 e 2) em uma área historicamente marcada por vulnerabilidades socioeconômicas. Sua missão tem sido, desde o início, fornecer educação de qualidade para uma população carente. A localização da escola, na Rua Borges do Canto, número 714, no Bairro do Tiro, São Borja/RS, reflete seu compromisso com o acesso à educação para comunidades marginalizadas.

Figura 1 – Localização de São Borja/RS



Fonte: Acervo Nola Gamalho (2024)

Figura 2 – Localização do Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Google Maps (2024)

São Borja é uma cidade localizada no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Fundada em 1682, a cidade é conhecida como "Terra dos Presidentes", por ser o local de nascimento de dois presidentes brasileiros: Getúlio Vargas e João Goulart. São Borja é banhada pelo rio Uruguai, que é a fronteira natural com a cidade argentina de Santo Tomé. É composta por quatro distritos: São Borja (sede), Nhú-Porã, Samburá e Sarandi. A economia é baseada no cultivo e beneficiamento de arroz, produção de soja e serviços. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, o município possuía uma população estimada em 59.676 habitantes. Em 2010, a taxa de escolarização para faixas etárias de 6 a 14 anos atingiu 97,5%, demonstrando um compromisso com a educação básica universal. No entanto, ao comparar-se com outros municípios do estado, São Borja ocupava a posição 330 de 497, sugerindo variações significativas dentro do contexto regional, dados do último censo (IBGE, 2024).

Figura 3 – Entrada do Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Acervo pessoal de Joana Cibele Mendes Souza (2024)

Figura 4 – Estacionamento do Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Acervo pessoal de Joana Cibele Mendes Souza (2024)

A estrutura física (Figuras 3 e 4) e organizacional da escola tem evoluído ao longo das décadas. Atualmente, o Instituto funciona nos três turnos diários, uma medida estratégica para maximizar a utilização de seus recursos e atender às necessidades da comunidade. O currículo oferecido inclui o Ensino Fundamental de Tempo Integral de 9 anos, o Novo Ensino Médio, que segue as diretrizes mais recentes do Ministério da Educação, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que abrange tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. Esse leque de opções demonstra o esforço da instituição em fornecer caminhos educativos adaptados às diversas fases da vida e necessidades dos alunos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), o público atendido pelo Instituto é composto predominantemente por pessoas de vilas vizinhas, caracterizadas por baixos índices socioeconômicos, as quais enfrentam múltiplos desafios, incluindo limitações financeiras e um baixo nível de escolaridade geral, fatores que impactam diretamente a experiência educacional dos alunos. Em relação ao Ensino noturno, o PPP da instituição descreve que muitos alunos voltam à escola com o objetivo de prosseguirem os estudos, buscando um futuro melhor, sendo que alguns apresentam dificuldades de compreensão devido ao longo tempo de afastamento da escola, demonstrando pouca disposição para o estudo até mesmo por trabalharem durante o dia em serviços arduos e estudarem à noite (Rio Grande do Sul, 2023).

Ao examinarmos as turmas do EJA, é evidente que estas apresentam uma ampla faixa etária, abrangendo indivíduos com idades compreendidas entre 15 e 50 anos. Essa diversidade etária é emblemática da natureza inclusiva e flexível da EJA, que busca atender às necessidades educacionais de uma variedade de grupos demográficos. Entretanto, atualmente, a turma da EJA está com uma nova fase de alunos: a juventude que é excluída do ensino regular e acaba caindo no programa.

Furtado (2009, p. 45) aborda essa reconfiguração ao afirmar que "hoje existem jovens com vivências que, há alguns anos atrás, serviam de modelo para a passagem da infância para a vida adulta". Essa observação sublinha a alteração na forma como certas experiências, antes associadas exclusivamente à fase adulta, estão sendo incorporadas à vivência juvenil. Tais mudanças incluem a participação precoce no mercado de trabalho, o envolvimento em responsabilidades familiares e a exposição a situações de autonomia e decisão que outrora eram restritas aos adultos. Esses jovens adultos são o novo perfil da EJA, que antes abarcava um

público mais experiente com um longo tempo de afastamento da escola, o que demonstra que a educação precisa estar sempre se reformulando.

Outro ponto que o PPP da instituição pesquisada trata é a inclusão, a busca por igualdade entre alunos, sem que ninguém seja discriminado ou excluído do contexto escolar, uma vez que a educação é um direito de todos. Nesse sentido, Zacarias e Balbino (2016) acrescentam:

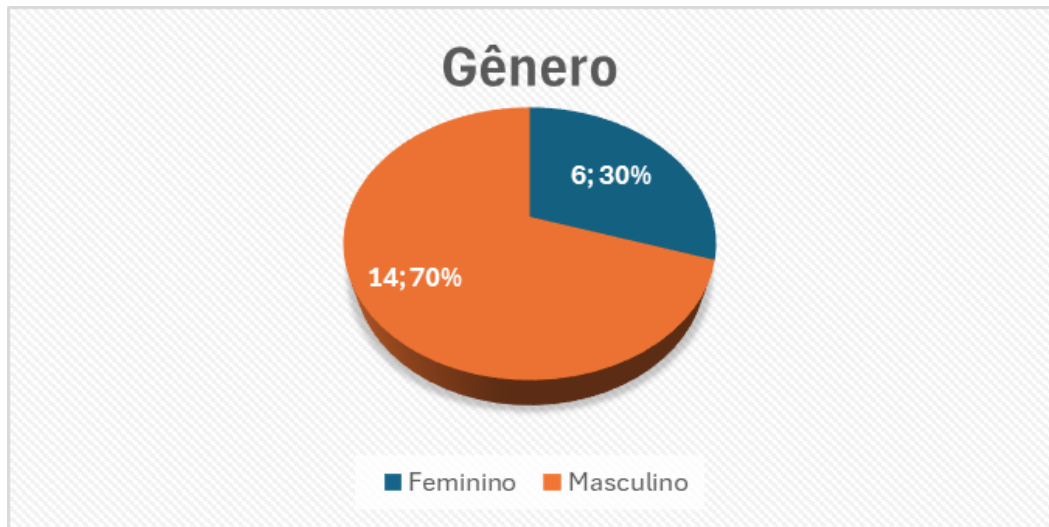
O processo de inclusão, de uma forma geral, é decorrente de constantes reivindicações e transformações ao longo dos tempos. Seu avanço é notório, mas sabemos que muito ainda precisa ser feito para termos uma sociedade efetivamente inclusiva. Têm em sua conjuntura muitos desafios que precisam ser superados, sejam eles na estrutura física do espaço escolar, no preconceito das pessoas inseridas nesse espaço, e ainda a formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos no processo inclusivo, que na maioria das vezes é insuficiente ou até mesmo inexistente (Zacarias; Balbino, 2016, p. 2).

O Instituto Estadual Arnaldo Matter desempenha um papel vital na educação de uma população carente e vulnerável. Apesar dos desafios significativos, a escola tem o potencial de transformar vidas por meio de uma educação inclusiva e de qualidade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que a instituição continue a desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras, fortalecer a participação dos pais e construir parcerias robustas com a comunidade e outras instituições. Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa será possível superar os obstáculos e proporcionar aos alunos as ferramentas necessárias para um futuro melhor.

3.2 Caracterização de estudantes da EJA

A primeira etapa da investigação dedicou-se à análise da distribuição de gênero entre os participantes da pesquisa. Um total de 20 (vinte) alunos foi submetido ao questionário estruturado, dos quais 14 (quatorze) se identificaram com o gênero masculino e seis com o feminino.

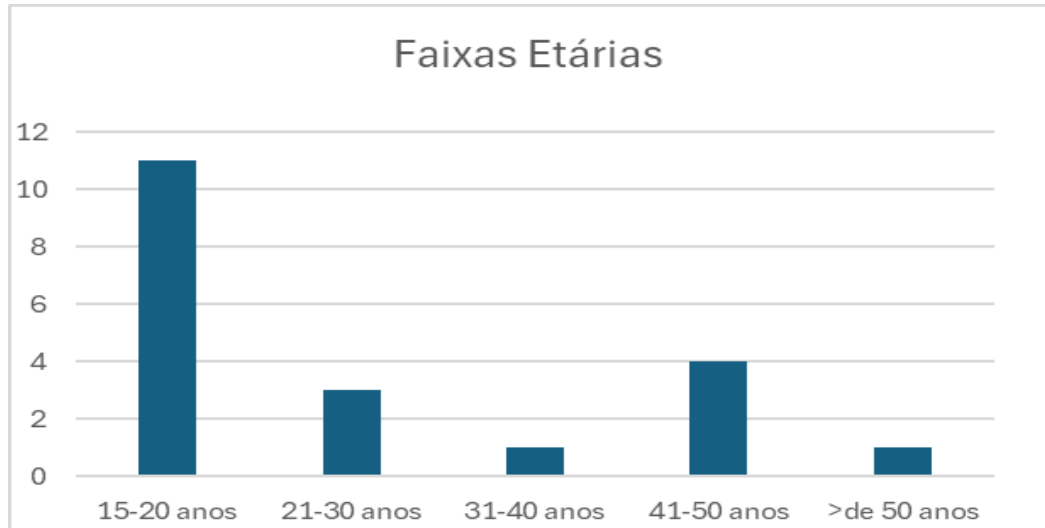
Gráfico 1 – Gênero dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Levantamento de campo (2024)

A segunda questão da investigação concentrou-se na análise da faixa etária dos alunos matriculados na EJA. O gráfico 2, a seguir, apresenta a distribuição etária dos vinte alunos que participaram do estudo. A análise dos dados etários revela uma concentração significativa de alunos na faixa etária de 15 a 20 anos, representando 55% do total de participantes. Esse dado é particularmente relevante, pois indica uma tendência de jovens que, por diversos motivos, buscam na EJA uma oportunidade para completar os estudos.

Gráfico 2 – Faixas etárias dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Levantamento de campo (2024)

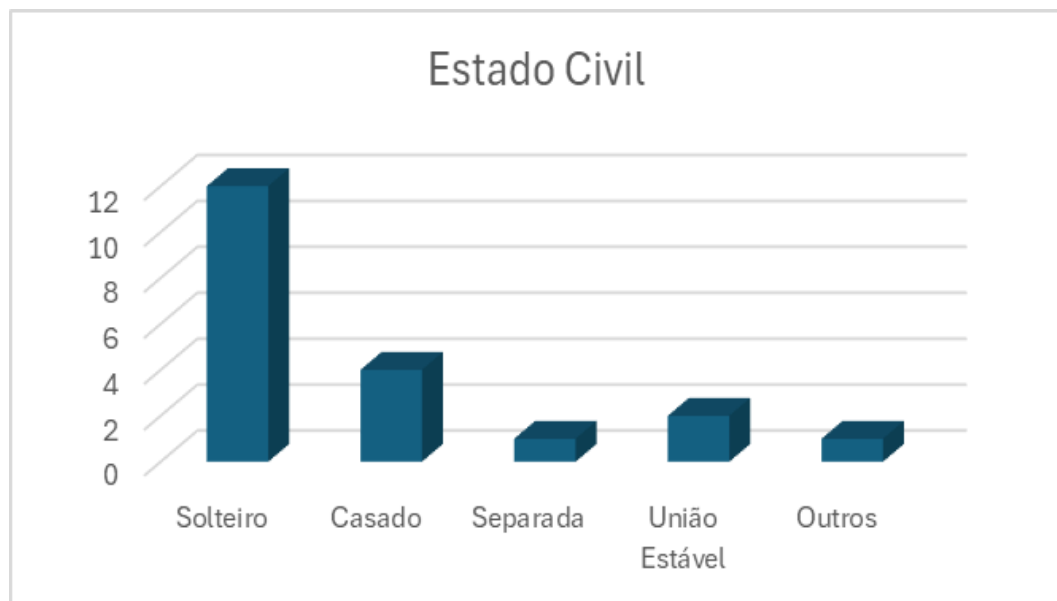
A presença de alunos nas faixas etárias mais avançadas (41-50 anos e acima de 50 anos) também é notável, embora em menor número. Esses indivíduos representam um grupo demográfico que, apesar das possíveis responsabilidades familiares e profissionais, demonstram um compromisso com a educação contínua. A diversidade etária encontrada na EJA sugere que este programa sirva como uma ferramenta essencial para diferentes perfis de alunos, cada um com suas motivações e desafios específicos.

Essa variação etária também pode impactar as dinâmicas de aprendizagem e a interação entre os alunos na medida em que os mais jovens podem trazer diferentes perspectivas e energias, enquanto os alunos mais velhos podem contribuir com experiências de vida e resiliência. Outro ponto que precisa ser observado é que a concentração de jovens adultos na EJA pode refletir questões estruturais do sistema educacional regular, como evasão escolar precoce e a necessidade de programas de recuperação e reintegração. Já a presença de adultos mais velhos aponta para a importância da EJA como uma oportunidade contínua de aprendizagem e melhoria de vida, demonstrando o valor de políticas educacionais que promovam a educação ao longo da vida.

Quanto ao estado civil dos estudantes, o gráfico 3, a seguir, apresenta a distribuição do estado civil entre os vinte alunos que participaram do estudo. A

análise dos dados de estado civil revela que a maioria dos alunos (60%) é solteira, constituindo-se em um dado relevante, pois pode indicar uma menor quantidade de responsabilidades familiares diretas, como a necessidade de sustentar uma família ou cuidar de filhos, o que pode influenciar positivamente na disponibilidade de tempo e energia para os estudos.

Gráfico 3 – Estado civil dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



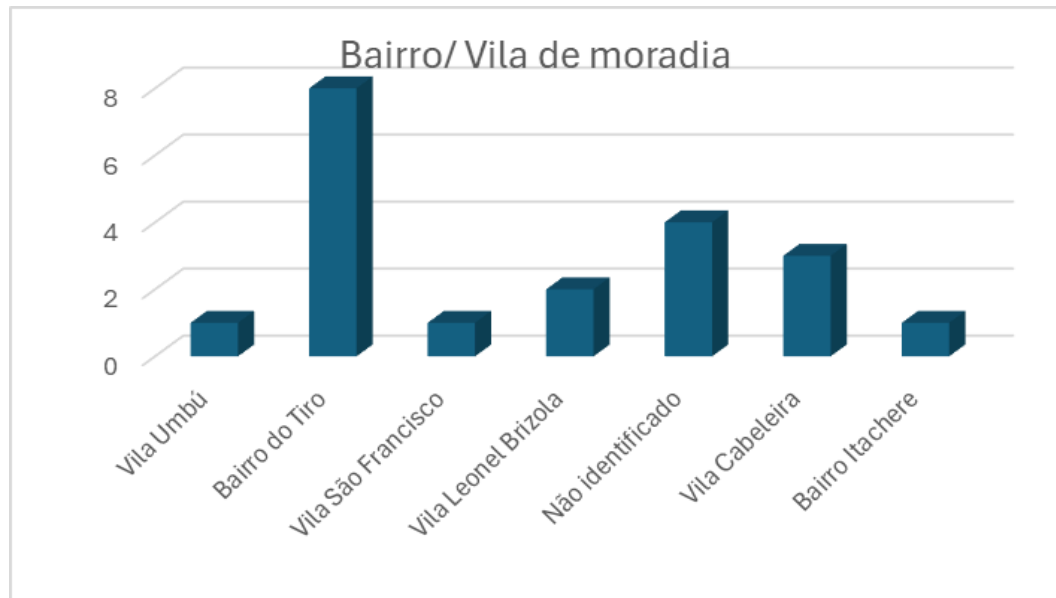
Fonte: Levantamento de campo (2024)

Por outro lado, 20% dos alunos são casados e outros 10% estão em união estável, perfazendo um total de 30% que vivem em um contexto familiar mais estruturado. Essa situação pode apresentar tanto vantagens, quanto desafios para esses alunos, já que, por um lado, eles podem ter o apoio emocional e logístico de seus parceiros, o que pode facilitar o cumprimento das obrigações escolares e, por outro lado, podem enfrentar desafios adicionais relacionados à conciliação de responsabilidades familiares com as demandas acadêmicas. Por fim, identificou-se a presença de um aluno separado (5%) e um em outra categoria de estado civil (5%) o que aponta para a diversidade de situações familiares que compõem o corpo discente da EJA.

Um dado relevante para a análise é a localização da moradia do entrevistado. A quarta pergunta do questionário concentrou-se na localização da moradia dos estudantes da EJA, visando entender melhor as condições de vida e os contextos

sociogeográficos dos participantes. O gráfico 4, a seguir, apresenta a distribuição dos alunos conforme suas respectivas áreas de residência:

Gráfico 4 – Localização da moradia dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Levantamento de campo (2024)

A análise dos dados revela que a maioria dos alunos reside no Bairro do Tiro, representando 40% da amostra total. Essa concentração significativa pode indicar uma relação entre a localização geográfica da escola. Outras áreas, como Vila Leonel Brizola e Vila Cabeleira, também apresentam um número considerável de alunos. A presença de quatro alunos cuja localização não foi identificada representa 20% da amostra.

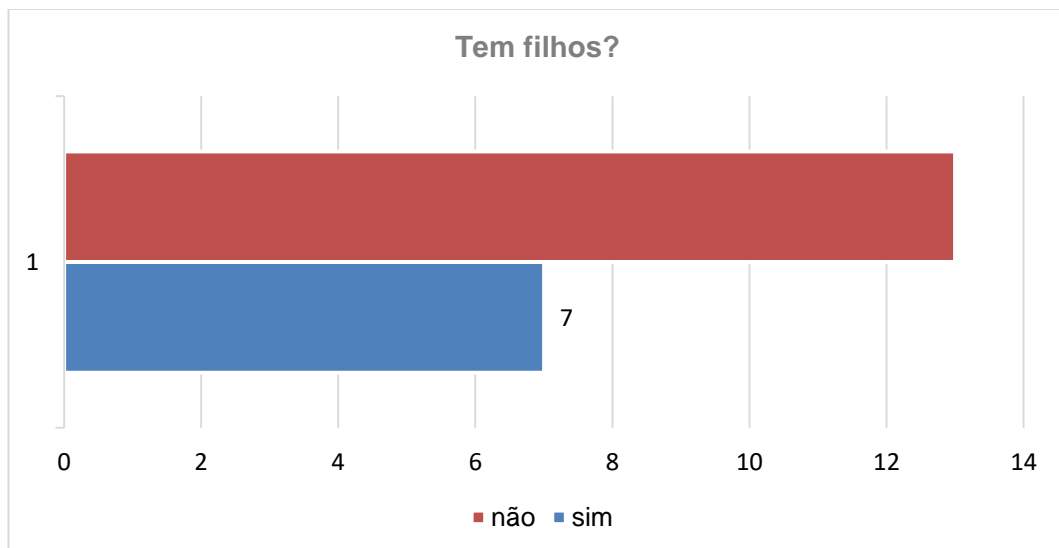
A distância entre a residência dos alunos e a instituição de ensino pode influenciar significativamente sua frequência e desempenho escolar. Os dados sobre a localização da moradia dos alunos da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter revelam uma diversidade de contextos residenciais que a escola abarca as Vilas vizinhas à instituição.

A pesquisa incluiu uma pergunta específica sobre o número de pessoas que residem na mesma casa dos alunos. Dos vinte alunos participantes, oito optaram por não responder a essa pergunta, enquanto doze forneceram informações detalhadas

sobre suas composições familiares. Dos doze alunos que responderam, seguem os seguintes resultados: dois membros na casa: 2 alunos; três membros na casa: 5 alunos; quatro membros na casa: 3 alunos; cinco membros na casa: 1 aluno; seis membros na casa: 1 aluno.

Outro dado relevante para a caracterização do perfil é se os alunos são pais e mães. O levantamento apresentou o resultado abaixo acerca dessa indagação:

Gráfico 5 – Estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter com filhos ou não?



Fonte: Levantamento de campo (2024)

Esta distribuição indica que, aproximadamente, 35% dos alunos da EJA pesquisado possuem filhos, enquanto os 65% restantes não têm essa responsabilidade adicional. A análise da paternidade/maternidade entre os alunos desse EJA destaca a importância de considerar as responsabilidades familiares ao desenvolver políticas e práticas educacionais.

Quanto às condições trabalhistas, a análise subsequente incide sobre a questão relativa à situação laboral dos estudantes, categorizando-os em termos de emprego formal, emprego, aposentadoria, desemprego ou outras formas de ocupação. Os dados coletados revelam a seguinte distribuição entre os estudantes pesquisados:

Gráfico 6 – Situação empregatícia dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



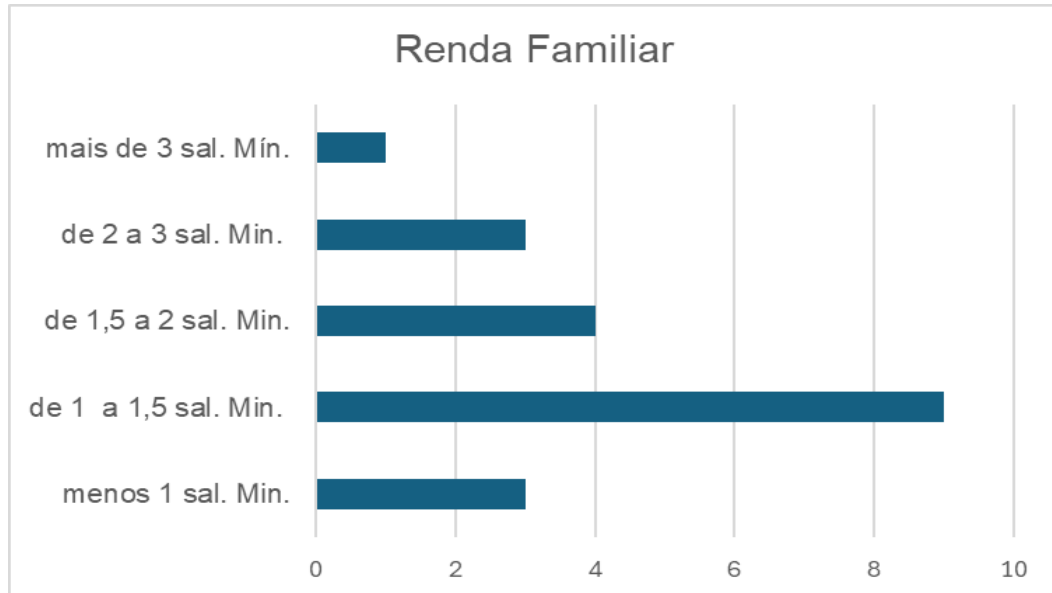
Fonte: Levantamento de campo (2024)

Essa distribuição apresenta uma configuração interessante do cenário ocupacional entre os alunos. A maior parte dos estudantes, num total de 10, encontra-se na condição de desempregados, representando um percentual significativo da amostra. Em contrapartida, menos estudantes estão empregados formalmente (5) e informalmente (2). A categoria "Outro" compreende três estudantes, cuja ocupação não se enquadra nas classificações tradicionais de emprego formal ou informal, aposentadoria ou desemprego.

Em perspectiva próxima, buscou-se identificar as condições econômicas das famílias. Assim, a análise subsequente aborda a renda familiar dos estudantes, com base nos dados coletados na pesquisa. Esses dados foram agrupados em diferentes faixas salariais para melhor compreender a distribuição socioeconômica dos alunos.

A seguir, apresenta-se a distribuição detalhada da renda média familiar dos estudantes: a análise dos dados revela uma concentração significativa de alunos cujas famílias têm renda entre 1 e 1,5 salários-mínimos, totalizando 9 estudantes. Essa faixa representa a maior proporção da amostra, sugerindo que uma parte considerável dos alunos provém de famílias com renda relativamente baixa, embora acima da linha da pobreza extrema.

Gráfico 7 – Renda familiar dos estudantes da EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Levantamento de campo (2024)

Em relação à fonte de renda da família dos estudantes, observa-se também a existência de benefício social, aposentadoria, autônomo ou outros. A predominância de famílias que dependem de salários sugere uma forte ligação com o mercado de trabalho formal, o que pode proporcionar certa estabilidade econômica. No entanto, a presença de famílias que dependem de benefícios sociais ou de trabalho autônomo indica que há subgrupos que enfrentam diferentes níveis de insegurança financeira. As famílias dependentes de benefícios sociais estão, por definição, em uma posição de maior vulnerabilidade, o que pode exigir intervenções específicas para garantir que esses estudantes tenham acesso equitativo à educação e aos recursos necessários para seu sucesso acadêmico.

Para compreender a motivação do retorno ao contexto escolar, fizeram-se também questões dissertativas. Cinco participantes indicaram que a motivação principal para ingressar na EJA foi a necessidade de concluir seus estudos de maneira mais rápida. Essa resposta sugere uma urgência em obter a certificação educacional, possivelmente devido a demandas do mercado de trabalho ou pressões pessoais. A EJA oferece uma estrutura flexível e acelerada, permitindo que os estudantes completem o currículo em um tempo reduzido em comparação ao ensino regular. Essa flexibilidade é particularmente atraente para aqueles que

desejam entrar no mercado de trabalho ou avançar em suas carreiras de forma expedita.

Seis participantes apontaram que a principal razão para escolher a EJA foi a compatibilidade com seu horário de trabalho diurno. Este dado destaca a importância da flexibilidade no horário das aulas, que permite aos estudantes conciliarem seus compromissos profissionais com os estudos. A EJA, ao oferecer aulas no período noturno, atende às necessidades daqueles que têm responsabilidades profissionais ou pessoais durante o dia, permitindo que continuem sua educação sem sacrificar sua fonte de renda ou outras obrigações.

Cinco participantes relataram que a principal motivação foi o desejo de concluir os estudos. Esta resposta revela um compromisso pessoal com a educação e a realização de metas acadêmicas interrompidas. O desejo de completar a educação formal pode ser impulsionado por objetivos profissionais, como a melhoria de qualificação para o mercado de trabalho, ou por objetivos pessoais, como o cumprimento de uma meta de vida ou o orgulho de alcançar um nível educacional específico. Esta motivação reflete a resiliência e a determinação dos estudantes em superar as barreiras que anteriormente impediram a conclusão de seus estudos.

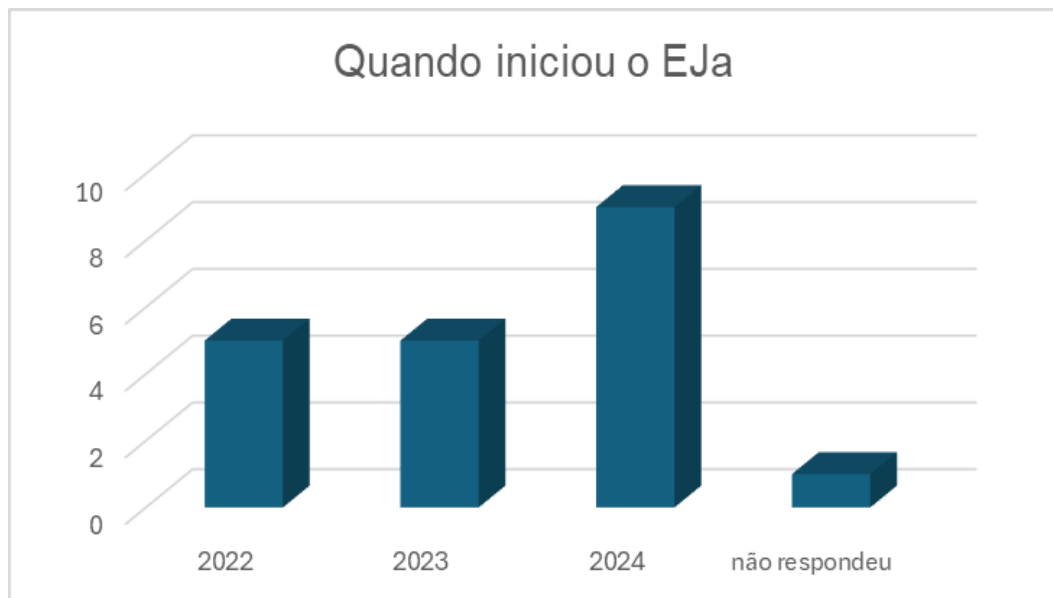
Quatro participantes indicaram que a motivação para ingressar na EJA foi o prazer e o interesse pela educação. Esta categoria sugere que, além de necessidades pragmáticas, há uma valorização intrínseca do aprendizado e do conhecimento. O gosto pela educação reflete um compromisso com o desenvolvimento pessoal e intelectual, destacando a importância de um currículo que seja não apenas utilitário, mas também estimulante e enriquecedor. Este grupo de estudantes busca na EJA uma oportunidade de continuar explorando e expandindo seus horizontes intelectuais, mesmo fora do contexto tradicional da educação básica.

Para complementar esse perfil mais qualitativo, buscou-se identificar o início da participação dos alunos na EJA, o que revela um padrão de crescimento contínuo e significativo. Esse aumento aponta para valorização da educação entre jovens e adultos, impulsionada por uma combinação de fatores sociais, econômicos e políticos. As instituições educacionais e os formuladores de políticas devem estar atentos a essas tendências para continuar a melhorar e expandir os programas de EJA, garantindo que eles sejam acessíveis e adequados às necessidades de uma população diversificada.

As implicações dessa análise são evidentes: a EJA desempenha um papel vital na promoção da inclusão educacional e no combate ao abandono escolar. Portanto, é essencial que se continue a investir em estratégias que promovam a adesão a esses programas, incluindo campanhas de conscientização, suporte financeiro e emocional aos estudantes, e melhorias contínuas na qualidade do ensino oferecido.

E para traçar um panorama desse perfil, buscou-se identificar quanto tempo esses estudantes ficaram afastados do sistema escolar. Oito participantes indicaram que não interromperam seus estudos. Esta categoria representa aqueles que transitaram diretamente para a EJA, sem períodos de afastamento significativos. A continuidade nos estudos pode indicar uma motivação intrínseca elevada e um ambiente familiar ou social que apoia a educação contínua. Esses indivíduos possivelmente encontraram na EJA uma alternativa mais adequada às suas necessidades educacionais ou pessoais, sem a necessidade de interrupção.

Gráfico 8 – Ano que os estudantes iniciaram a EJA no Instituto Estadual Arnaldo Matter



Fonte: Levantamento de campo (2024)

Quatro participantes relataram interrupções de dois ($n=2$) ou três anos ($n=2$). Esse grupo, embora pequeno, pode representar indivíduos que enfrentaram obstáculos temporários que impediram a continuidade imediata de seus estudos.

Esses obstáculos podem incluir questões de saúde, responsabilidades familiares ou necessidades econômicas. A retomada dos estudos após um curto período sugere uma capacidade de superar adversidades e um reconhecimento da importância da educação para suas vidas pessoais e profissionais.

Dois participantes mencionaram interrupções de quatro (n=1) ou seis anos (n=1). Esse período de afastamento, mais prolongado do que as interrupções de curto prazo, pode indicar desafios mais significativos, como dificuldades financeiras prolongadas ou responsabilidades familiares mais intensas. A decisão de retornar aos estudos após um período de afastamento de médio prazo demonstra uma resiliência considerável e um desejo de melhorar suas qualificações e perspectivas de vida.

Três participantes relataram interrupções substanciais de onze anos (n=1) ou vinte anos (n=2). Esses longos períodos de afastamento refletem uma série de fatores complexos, incluindo possivelmente carreiras inteiras passadas fora do ambiente educacional formal. Esses indivíduos podem ter enfrentado uma reintegração desafiadora ao sistema educacional, necessitando de programas de apoio específicos para lidar com a defasagem educacional e a adaptação às novas metodologias de ensino.

Três participantes indicaram ter ficado mais de trinta anos afastados dos estudos. Este grupo representa um desafio único para a EJA, pois essas interrupções extremamente longas geralmente resultam em uma desconexão significativa com o ambiente educacional e uma possível falta de familiaridade com as novas tecnologias educacionais. A readaptação desses indivíduos ao sistema educacional exige abordagens pedagógicas altamente personalizadas e suporte contínuo para garantir uma integração bem-sucedida.

Seis participantes apontaram o horário de trabalho como a principal dificuldade. Este desafio reflete a necessidade de muitos alunos da EJA de equilibrar suas responsabilidades profissionais com suas aspirações educacionais. A incompatibilidade entre os horários de trabalho e os horários das aulas pode resultar em ausência, cansaço excessivo e dificuldades para acompanhar o ritmo dos estudos. Este problema é particularmente agudo para trabalhadores em horários não convencionais ou com carga horária extensa, que encontram dificuldades em ajustar seus compromissos profissionais às exigências educacionais.

Quanto às dificuldades que encontram ao retornar para os estudos na EJA, um participante destacou a dificuldade de conciliar trabalho, casa e estudo. Este desafio reflete a complexidade da vida dos estudantes da EJA, que, muitas vezes, têm que gerenciar múltiplas responsabilidades simultaneamente. A carga combinada de trabalho, obrigações domésticas e estudos pode levar a um esgotamento significativo, afetando a capacidade dos alunos de se dedicarem plenamente às suas atividades acadêmicas. Esta dificuldade aponta para a necessidade de um suporte mais abrangente, que considere as diversas demandas sobre o tempo e a energia dos alunos.

A compreensão das atividades foi citada por um participante como uma dificuldade significativa. Este desafio pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo a defasagem educacional, a falta de familiaridade com os conteúdos atualizados e metodologias de ensino, e possíveis lacunas no suporte pedagógico. A dificuldade na compreensão das atividades pode resultar em frustração e desmotivação, impactando negativamente o desempenho acadêmico e a persistência nos estudos.

Outro participante mencionou a concentração nas aulas como uma dificuldade. A capacidade de manter a atenção durante as aulas é crucial para o sucesso acadêmico, e essa dificuldade pode ser exacerbada por fatores externos, como o cansaço acumulado devido ao trabalho e responsabilidades domésticas, ou internos, como transtornos de atenção. A dificuldade em manter a concentração pode comprometer a assimilação de conteúdos e a realização de atividades, afetando a qualidade do aprendizado.

A falta de tempo foi indicada como uma dificuldade por um participante. Esta questão é intrinsecamente ligada às múltiplas responsabilidades dos alunos da EJA, que, muitas vezes, precisam dividir seu tempo entre trabalho, família e estudos. A gestão do tempo é um desafio constante, e a insuficiência de tempo disponível para se dedicar aos estudos pode resultar em desempenho acadêmico insatisfatório e, eventualmente, abandono dos estudos.

Dez participantes relataram não enfrentar dificuldades significativas na EJA. Este dado é positivo e sugere que, para uma parcela considerável dos alunos, o programa EJA consegue atender às suas necessidades educacionais de maneira eficaz. A ausência de dificuldades pode ser atribuída a fatores como um bom equilíbrio entre vida profissional e estudos, suporte adequado de familiares e instituições e uma motivação intrínseca elevada. Este grupo representa um caso de

sucesso que pode fornecer informações valiosas sobre as práticas e condições que facilitam a experiência educacional positiva.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios únicos em seu esforço para fornecer uma educação inclusiva e acessível. Entre esses desafios está a implementação de salas multisseriadas, onde alunos de diferentes níveis educacionais, como o segundo e o terceiro ano da instituição, compartilham o mesmo ambiente de aprendizagem. A análise das dificuldades enfrentadas por alunos mais velhos da EJA em salas multisseriadas revela a complexidade e os desafios dessa abordagem. Embora a prática de combinar aulas de diferentes anos possa ser necessária devido a limitações de recursos, é essencial que as políticas educacionais considerem os impactos na qualidade do ensino e na experiência de aprendizagem dos alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o perfil da EJA no Brasil tem sido direcionado a trabalhadores mais velhos, que lutam pelo letramento e pela reintegração na sociedade da qual foram excluídos. Conforme aporte bibliográfico, o perfil tradicional dos alunos da EJA é composto por indivíduos de mais idade, trabalhadores que enfrentam grandes dificuldades para aprender devido ao longo tempo afastados do ambiente escolar.

A pesquisa de campo realizada no Instituto Estadual Arnaldo Matter, em São Borja/RS, revela uma mudança significativa nesse perfil: os dados indicam que 55% dos alunos entrevistados são jovens entre 15 e 20 anos, uma evidência de que a juventude está cada vez mais presente na EJA. Ao contrário do perfil tradicional, esses jovens relataram no levantamento não encontrar dificuldades de aprendizado, nem longos períodos de afastamento escolar. Muitos deles ingressaram na EJA por motivos diversos que os impedem de concluir os estudos no tempo convencional.

Essa demografia da EJA é composta por jovens que buscam uma formação mais rápida para ingressar no mercado de trabalho ou para cumprir outras responsabilidades. O público da EJA no instituto reflete uma juventude com responsabilidades adultas cada vez mais cedo. A necessidade de conciliar trabalho e estudos noturnos faz com que esses jovens busquem na EJA uma alternativa viável para concluir sua educação básica.

Diante desse perfil de estudantes, é essencial repensar a formação dos educadores que atuam na EJA. A preparação desses profissionais deve focar não apenas nas metodologias tradicionais de ensino para adultos, mas também nas estratégias que possam engajar e motivar jovens que, embora presentes na EJA, possuem necessidades e expectativas distintas. A incorporação de tecnologias educacionais e abordagens pedagógicas inovadoras torna-se crucial para atrair e manter esses alunos na instituição.

Assim, a EJA pode continuar cumprindo seu papel social de inclusão e democratização do ensino, adaptando-se às novas demandas da sociedade brasileira. O perfil dos alunos da EJA no Brasil apresenta desafios e oportunidades únicas para o sistema educacional, por isso a adaptação dos currículos e das metodologias de ensino, alinhadas com a formação continuada dos educadores, é fundamental para garantir que esses jovens consigam concluir seus estudos e se integrar plenamente na sociedade. Em conclusão, a EJA é uma ferramenta vital

para corrigir as desigualdades educacionais e promover a inclusão social no Brasil. No entanto, para que a EJA atinja todo o seu potencial, é necessário um esforço conjunto de governos, educadores, sociedade civil e outras partes interessadas. Apenas com um compromisso genuíno e sustentado, a EJA poderá transformar vidas e contribuir para um futuro mais justo e próspero para todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jan. 2024.
- FONSECA, Krichela Duarte. **A Educação de Jovens e Adultos na Geografia: metodologias de ensino na docência**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000d9/0000d9d2.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Cláudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3995/399537970011.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado: Contraponto, 2009.
- HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p.108-130, mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação e Cultura. 35ª Coordenadoria Regional de Educação. Instituto Estadual Arnaldo Matter. **Projeto Político Pedagógico**. São Borja, RS, 2023.

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP**, Brasília, v. 90, n. 224, p. 223-244, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/928>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA; Marta Miranda; WATANABE; Yumi Nascimento. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas constituições federais brasileiras: entre o ideal, o legal e o real. In: SciELO Preprints, 02 jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7686>. Acesso em: 24 mar. 2024.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; BALBINO, Elizete Santos. O desenvolvimento cognitivo e a inclusão escolar de duas alunas com síndrome de Down: um estudo de caso. **9º Encontro Internacional de Formação de Professores**, v. 9, p. 1-15, 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/O-DESENVOLVIMENTO-COGNITIVO-E-A-INCLUS%C3%83O-ESCOLAR-DE-Zacarias-Balbino/ba02b474b0f06c665e74ec1e77bc085bfef3d92b>. Acesso em: 14 mai. 2024.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos alunos da EJA do Instituto Estadual Arnaldo Matter

Pesquisa Eja

Escola Arnaldo Matter

Pesquisadora: Ivete Bettim Amaral

Orientadora: Nola Patrícia Gamalho

1)Gênero:

Feminino Masculino

2)Idade

15-20 anos

21-30 anos

31 -40 anos

41-50 anos

mais de 50 anos

3)Estado Civil: solteiro casado outro.....

4)Bairro/ vila em que mora:

5)Quantas pessoas na residem na casa:

6)Tem filhos sim não

Quantos e idade:.....

7)Trabalha

sim-formal (carteira assinada

sim- informal

aposentado

desempregado

Outro.....

Onde trabalha?.....

Horário de trabalho:.....

8) Renda média familiar

menos de um salário mínimo

de um salário mínimo até um salário mínimo e meio

de um salário mínimo e meio a dois salários mínimos

de dois a três salários mínimos

mais de três salários mínimos

9) Qual a fonte de renda da família?

Salário

Benefício social

Aposentadoria/pensionista

Autônomo

Outro

10) Por que decidiu fazer EJA?

11) Quando iniciou o EJA?

12) Quanto tempo ficou sem estudar?

13) O que pretende fazer quando encerrar o EJa?

14) Quais as principais dificuldades de fazer EJa?